# DIÁRIO OFICIAL
## MUNICÍPIO DE GUARARAPES

Conforme Lei Municipal nº 3.427, de 22 de setembro de 2016

www.guararapes.sp.gov.br | www.guararapes.dioe.com.br




## SUMÁRIO


PODER EXECUTIVO DE GUARARAPES 2
Atos Administrativos 2
Outros atos 2
Contas Públicas e Instrumentos de Gestão Fiscal 11
Relatório Resumido da Execução Orçamentária 11
Relatório de Gestão Fiscal 21


## EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Guararapes, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

## ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Guararapes poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.guararapes.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.guararapes.dioe.com.br
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

## ENTIDADES

**Prefeitura Municipal de Guararapes**
CNPJ 48.468.284/0001-71
Avenida Marechal Floriano, nº 565 – Centro
Telefone: (18) 3606-8000
Site: www.guararapes.sp.gov.br
Diário: www.guararapes.dioe.com.br

**Câmara Municipal de Guararapes**
Avenida Marechal Floriano, nº 583 – Centro
Telefone: (18) 3606-5500
Site: www.camaraguararapes.sp.gov.br


ICP Brasil
O Brasil na era da certificação digital

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Guararapes garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.guararapes.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.guararapes.dioe.com.br

Publicação Oficial do Município
Guararapes
2017.01.30 08:11:10 -0200

# DIÁRIO OFICIAL
## MUNICÍPIO DE GUARARAPES

Conforme Lei Municipal nº 3.427, de 22 de setembro de 2016

www.guararapes.sp.gov.br | www.guararapes.dioe.com.br




**PODER EXECUTIVO DE GUARARAPES**

**Atos Administrativos**

**Outros atos**

**JUSTIFICATIVA**

Cuida-se em suma, de repasses de recursos públicos ao Terceiro Setor, a serem realizados no exercício de 2017, especificamente para a seguinte Organização da Sociedade Civil:

I – ASILO SÃO VICENTE DE PAULO

Referida organização apresentou plano de trabalho, bem como cumpriu as exigências constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Legislativo Local, aprovou por meio de legislação específica a autorização para efetuar transferência de recursos para Referida Entidade.

O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Trata-se de organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da política de Assistência Social, através do certificado de inscrição no CMAS. Esta entidade executa o Serviço de Acolhimento Institucional com meta de atendimento de 40 (quarenta) idosos.

Com base nessas informações resta a escolha discricionária do Gestor, sobre qual das formas previstas em lei deve escolher para dar prosseguimento a tais processos.

Nestes termos, a Lei 13.019 de 2014 alterada pela Lei 13.204 de 2015, que regulamenta a matéria em comento, em seu artigo 31, inciso II, regulamenta as hipóteses em que o chamamento público será inexigível:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.(grifo nosso)

Sendo assim, a Entidade relacionada apresenta as condições para se tornar inexigível o chamamento público, em razão de estar identificada expressamente na Lei 3.442 de 26 de outubro de 2016.

Por esta razão e em cumprimento ao artigo 32 da lei 13.019/14, é a presente, para após apresentados os esclarecimentos, justificar a opção pela inexigibilidade do Chamamento Público destinado ao Repasse de recursos públicos ao Terceiro Setor.

No mais, dou por justificada a presente inexigibilidade, e determino sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista na lei 13.019/14, que o extrato da justificativa seja publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e também no meio oficial de publicidade da administração.

Guararapes, 17 de janeiro de 2017.

Tarek Dargham

Prefeito

***Código Localizador: L3C1OEBW***

**JUSTIFICATIVA**

Cuida-se em suma, de repasses de recursos públicos ao Terceiro Setor, a serem realizados no exercício de 2017, especificamente para a seguinte Organização da Sociedade Civil:

I – CASA ABRIGO NOSSO LAR

Referida organização apresentou plano de trabalho, bem como cumpriu as exigências constantes na Lei de

Diretrizes Orçamentárias.

O Legislativo Local, aprovou por meio de legislação específica a autorização para efetuar transferência de recursos para Referida Entidade.

O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Trata-se de organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da política de Assistência Social, através do certificado de inscrição no CMAS. Esta entidade executa o Serviço de Acolhimento Institucional com meta de atendimento de 20 (vinte) crianças e adolescentes.

Com base nessas informações resta a escolha discricionária do Gestor, sobre qual das formas previstas em lei deve escolher para dar prosseguimento a tais processos.

Nestes termos, a Lei 13.019 de 2014 alterada pela Lei 13.204 de 2015, que regulamenta a matéria em comento, em seu artigo 31, inciso II, regulamenta as hipóteses em que o chamamento público será inexigível:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.(grifo nosso)

Sendo assim, a Entidade relacionada apresenta as condições para se tornar inexigível o chamamento público, em razão de estar identificada expressamente na Lei 3.442 de 26 de outubro de 2016.

Por esta razão e em cumprimento ao artigo 32 da lei 13.019/14, é a presente, para após apresentados os esclarecimentos, justificar a opção pela inexigibilidade do Chamamento Público destinado ao Repasse de recursos públicos ao Terceiro Setor.

No mais, dou por justificada a presente inexigibilidade, e determino sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista na lei 13.019/14, que o extrato da justificativa seja publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e também no meio oficial de publicidade da administração.

Guararapes, 17 de janeiro de 2017.

Tarek Dargham

Prefeito

***Código Localizador: CKWFXIW+***

**JUSTIFICATIVA**

Cuida-se em suma, de repasses de recursos públicos ao Terceiro Setor, a serem realizados no exercício de 2017, especificamente para a seguinte Organização da Sociedade Civil:

I – CASA ASSISTENCIAL FRANCISCO CÂNDIDO XAVIER

Referida organização apresentou plano de trabalho, bem como cumpriu as exigências constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Legislativo Local, aprovou por meio de legislação específica a autorização para efetuar transferência de recursos para Referida Entidade.

O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Trata-se de organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da política de Assistência Social, através do certificado de inscrição no CMAS. Esta entidade executa o Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade Casa de Passagem, com meta de atendimento de 40 (quarenta) adultos e famílias.

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE GUARARAPES
Conforme Lei Municipal nº 3.427, de 22 de setembro de 2016
www.guararapes.sp.gov.br | www.guararapes.dioe.com.br


Com base nessas informações resta a escolha discricionária do Gestor, sobre qual das formas previstas em lei deve escolher para dar prosseguimento a tais processos.

Nestes termos, a Lei 13.019 de 2014 alterada pela Lei 13.204 de 2015, que regulamenta a matéria em comento, em seu artigo 31, inciso II, regulamenta as hipóteses em que o chamamento público será inexigível:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.(grifo nosso)

Sendo assim, a Entidade relacionada apresenta as condições para se tornar inexigível o chamamento público, em razão de estar identificada expressamente na Lei 3.442 de 26 de outubro de 2016.

Por esta razão e em cumprimento ao artigo 32 da lei 13.019/14, é a presente, para após apresentados os esclarecimentos, justificar a opção pela inexigibilidade do Chamamento Público destinado ao Repasse de recursos públicos ao Terceiro Setor.

No mais, dou por justificada a presente inexigibilidade, e determino sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista na lei 13.019/14, que o extrato da justificativa seja publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e também no meio oficial de publicidade da administração.

Guararapes, 17 de janeiro de 2017.

Tarek Dargham

Prefeito

***Código Localizador: WS94LFSR***

**JUSTIFICATIVA**

Cuida-se em suma, de repasses de recursos públicos ao Terceiro Setor, a serem realizados no exercício de 2017, especificamente para a seguinte Organização da Sociedade Civil:

I – CENTRO SOCIAL ESCADINHA DO CÉU

Referida organização apresentou plano de trabalho, bem como cumpriu as exigências constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Legislativo Local, aprovou por meio de legislação específica a autorização para efetuar transferência de recursos para Referida Entidade.

O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Trata-se de organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da política de Assistência Social, através do certificado de inscrição no CMAS. Esta entidade executa o Serviço de Proteção a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade com meta de atendimento de 30 (trinta) adolescentes.

Com base nessas informações resta a escolha discricionária do Gestor, sobre qual das formas previstas em lei deve escolher para dar prosseguimento a tais processos.

Nestes termos, a Lei 13019 de 2014 alterada pela Lei 13.204 de 2015, que regulamenta a matéria em comento, em seu artigo 31, inciso II, regulamenta as hipóteses em que o chamamento público será inexigível:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE GUARARAPES
Conforme Lei Municipal nº 3.427, de 22 de setembro de 2016
www.guararapes.sp.gov.br | www.guararapes.dioe.com.br


puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.(grifo nosso)

Sendo assim, a Entidade relacionada apresenta as condições para se tornar inexigível o chamamento público, em razão de estar identificada expressamente na Lei 3.442 de 26 de outubro de 2016.

Por esta razão e em cumprimento ao artigo 32 da lei 13.019/14, é a presente, para após apresentados os esclarecimentos, justificar a opção pela inexigibilidade do Chamamento Público destinado ao Repasse de recursos públicos ao Terceiro Setor.

No mais, dou por justificada a presente inexigibilidade, e determino sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista na lei 13.019/14, que o extrato da justificativa seja publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e também no meio oficial de publicidade da administração.

Guararapes, 17 de janeiro de 2017.

Tarek Dargham

Prefeito

JUSTIFICATIVA

Cuida-se em suma, de repasses de recursos públicos ao Terceiro Setor, a serem realizados no exercício de 2017, especificamente para a seguinte Organização da Sociedade Civil:

I – CENTRO SOCIAL ESCADINHA DO CÉU

Referida organização apresentou plano de trabalho, bem como cumpriu as exigências constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Legislativo Local, aprovou por meio de legislação específica a autorização para efetuar transferência de recursos para Referida Entidade.

O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Trata-se de organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da política de Assistência Social, através do certificado de inscrição no CMAS. Esta entidade realiza a execução de Benefícios eventuais por vulnerabilidade temporária com meta de atendimento de 80 (oitenta) famílias.

Com base nessas informações resta a escolha discricionária do Gestor, sobre qual das formas previstas em lei deve escolher para dar prosseguimento a tais processos.

Nestes termos, a Lei 13.019 de 2014 alterada pela Lei 13.204 de 2015, que regulamenta a matéria em comento, em seu artigo 31, inciso II, regulamenta as hipóteses em que o chamamento público será inexigível:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.(grifo nosso)

Sendo assim, a Entidade relacionada apresenta as condições para se tornar inexigível o chamamento público, em razão de estar identificada expressamente na Lei 3.442 de 26 de outubro de 2016.

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE GUARARAPES
Conforme Lei Municipal nº 3.427, de 22 de setembro de 2016
www.guararapes.sp.gov.br | www.guararapes.dioe.com.br


Por esta razão e em cumprimento ao artigo 32 da lei 13.019/14, é a presente, para após apresentados os esclarecimentos, justificar a opção pela inexigibilidade do Chamamento Público destinado ao Repasse de recursos públicos ao Terceiro Setor.

No mais, dou por justificada a presente inexigibilidade, e determino sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista na lei 13.019/14, que o extrato da justificativa seja publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e também no meio oficial de publicidade da administração.

Guararapes, 17 de janeiro de 2017.

Tarek Dargham

Prefeito

JUSTIFICATIVA

Cuida-se em suma, de repasses de recursos públicos ao Terceiro Setor, a serem realizados no exercício de 2017, especificamente para a seguinte Organização da Sociedade Civil:

I – CENTRO SOCIAL ESCADINHA DO CÉU

Referida organização apresentou plano de trabalho, bem como cumpriu as exigências constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Legislativo Local, aprovou por meio de legislação específica a autorização para efetuar transferência de recursos para Referida Entidade.

O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Trata-se de organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da política de Assistência Social, através do certificado de inscrição no CMAS. Esta entidade executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos com meta de atendimento de 100 (cem) idosos.

Com base nessas informações resta a escolha discricionária do Gestor, sobre qual das formas previstas em lei deve escolher para dar prosseguimento a tais processos.

Nestes termos, a Lei 13019 de 2014 alterada pela Lei 13.204 de 2015, que regulamenta a matéria em comento, em seu artigo 31, inciso II, regulamenta as hipóteses em que o chamamento público será inexigível:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.(grifo nosso)

Sendo assim, a Entidade relacionada apresenta as condições para se tornar inexigível o chamamento público, em razão de estar identificada expressamente na Lei 3.442 de 26 de outubro de 2016.

Por esta razão e em cumprimento ao artigo 32 da lei 13.019/14, é a presente, para após apresentados os esclarecimentos, justificar a opção pela inexigibilidade do Chamamento Público destinado ao Repasse de recursos públicos ao Terceiro Setor.

No mais, dou por justificada a presente inexigibilidade, e determino sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista na lei 13.019/14, que o extrato da justificativa seja publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e também no meio oficial de publicidade da administração.

Guararapes, 17 de janeiro de 2017.

Tarek Dargham

Prefeito

***Código Localizador: RDHKOYWC***

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE GUARARAPES
Conforme Lei Municipal nº 3.427, de 22 de setembro de 2016
www.guararapes.sp.gov.br | www.guararapes.dioe.com.br


**JUSTIFICATIVA**

Cuida-se em suma, de repasses de recursos públicos ao Terceiro Setor, a serem realizados no exercício de 2017, especificamente para a seguinte Organização da Sociedade Civil:

I – INSTITUTO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Referida organização apresentou plano de trabalho, bem como cumpriu as exigências constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Legislativo Local, aprovou por meio de legislação específica a autorização para efetuar transferência de recursos para Referida Entidade.

O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Trata-se de organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da política de Assistência Social, através do certificado de inscrição no CMAS. Esta entidade executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 15 anos com meta de atendimento de 85 (oitenta e cinco) crianças e adolescentes.

Com base nessas informações resta a escolha discricionária do Gestor, sobre qual das formas previstas em lei deve escolher para dar prosseguimento a tais processos.

Nestes termos, a Lei 13.019 de 2014 alterada pela Lei 13.204 de 2015, que regulamenta a matéria em comento, em seu artigo 31, inciso II, regulamenta as hipóteses em que o chamamento público será inexigível:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.(grifo nosso)

Sendo assim, a Entidade relacionada apresenta as condições para se tornar inexigível o chamamento público, em razão de estar identificada expressamente na Lei 3.442 de 26 de outubro de 2016.

Por esta razão e em cumprimento ao artigo 32 da lei 13.019/14, é a presente, para após apresentados os esclarecimentos, justificar a opção pela inexigibilidade do Chamamento Público destinado ao Repasse de recursos públicos ao Terceiro Setor.

No mais, dou por justificada a presente inexigibilidade, e determino sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista na lei 13.019/14, que o extrato da justificativa seja publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e também no meio oficial de publicidade da administração.

Guararapes, 17 de janeiro de 2017.

Tarek Dargham

Prefeito

***Código Localizador: TBHISHUV***

**JUSTIFICATIVA**

Cuida-se em suma, de repasses de recursos públicos ao Terceiro Setor, a serem realizados no exercício de 2017, especificamente para a seguinte Organização da Sociedade Civil:

I – CENTRO DE RECUPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO EXCEPCIONAL

Referida organização apresentou plano de trabalho, bem como cumpriu as exigências constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Legislativo Local, aprovou por meio de legislação específica a autorização para efetuar transferência de recursos para Referida Entidade.

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE GUARARAPES
Conforme Lei Municipal nº 3.427, de 22 de setembro de 2016
www.guararapes.sp.gov.br | www.guararapes.dioe.com.br


O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Trata-se de organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da política de Assistência Social, através do certificado de inscrição no CMAS. Esta entidade executa o Serviço de Proteção Social a Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias com meta de atendimento de 79 (setenta e nove) pessoas.

Com base nessas informações resta a escolha discricionária do Gestor, sobre qual das formas previstas em lei deve escolher para dar prosseguimento a tais processos.

Nestes termos, a Lei 13.019 de 2014 alterada pela Lei 13.204 de 2015, que regulamenta a matéria em comento, em seu artigo 31, inciso II, regulamenta as hipóteses em que o chamamento público será inexigível:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.(grifo nosso)

Sendo assim, a Entidade relacionada apresenta as condições para se tornar inexigível o chamamento público, em razão de estar identificada expressamente na Lei 3.442 de 26 de outubro de 2016.

Por esta razão e em cumprimento ao artigo 32 da lei 13.019/14, é a presente, para após apresentados os esclarecimentos, justificar a opção pela inexigibilidade do Chamamento Público destinado ao Repasse de recursos públicos ao Terceiro Setor.

No mais, dou por justificada a presente inexigibilidade, e determino sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista na lei 13.019/14, que o extrato da justificativa seja publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e também no meio oficial de publicidade da administração.

Guararapes, 17 de janeiro de 2017.

Tarek Dargham

Prefeito

***Código Localizador: HSDR18SZ***

**JUSTIFICATIVA**

Cuida-se em suma, de repasses de recursos públicos ao Terceiro Setor, a serem realizados no exercício de 2017, especificamente para a seguinte Organização da Sociedade Civil:

I – EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA

Referida organização apresentou plano de trabalho, bem como cumpriu as exigências constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Legislativo Local, aprovou por meio de legislação específica a autorização para efetuar transferência de recursos para Referida Entidade.

O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Trata-se de organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da política de Assistência Social, através do certificado de inscrição no CMAS. Esta entidade executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 15 anos com meta de atendimento de 85 (oitenta e cinco) crianças e adolescentes.

Com base nessas informações resta a escolha discricionária do Gestor, sobre qual das formas previstas em lei deve escolher para dar prosseguimento a tais processos.

# DIÁRIO OFICIAL
## MUNICÍPIO DE GUARARAPES

Conforme Lei Municipal nº 3.427, de 22 de setembro de 2016

www.guararapes.sp.gov.br | www.guararapes.dioe.com.br




Nestes termos, a Lei 13.019 de 2014 alterada pela Lei 13.204 de 2015, que regulamenta a matéria em comento, em seu artigo 31, inciso II, regulamenta as hipóteses em que o chamamento público será inexigível:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.(grifo nosso)

Sendo assim, a Entidade relacionada apresenta as condições para se tornar inexigível o chamamento público, em razão de estar identificada expressamente na Lei 3.442 de 26 de outubro de 2016.

Por esta razão e em cumprimento ao artigo 32 da lei 13.019/14, é a presente, para após apresentados os esclarecimentos, justificar a opção pela inexigibilidade do Chamamento Público destinado ao Repasse de recursos públicos ao Terceiro Setor.

No mais, dou por justificada a presente inexigibilidade, e determino sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista na lei 13.019/14, que o extrato da justificativa seja publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e também no meio oficial de publicidade da administração.

Guararapes, 17 de janeiro de 2017.

Tarek Dargham

Prefeito

***Código Localizador: M3ZCWJDJ***

**JUSTIFICATIVA**

Cuida-se em suma, de repasses de recursos públicos ao Terceiro Setor, a serem realizados no exercício de 2017, especificamente para a seguinte Organização da Sociedade Civil:

I – FUNDAÇÃO MIRIM AMALIE HELENA WIRTH

Referida organização apresentou plano de trabalho, bem como cumpriu as exigências constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Legislativo Local, aprovou por meio de legislação específica a autorização para efetuar transferência de recursos para Referida Entidade.

O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Trata-se de organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da política de Assistência Social, através do certificado de inscrição no CMAS. Esta entidade executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 15 anos com meta de atendimento de 85 (oitenta e cinco) crianças e adolescentes.

Com base nessas informações resta a escolha discricionária do Gestor, sobre qual das formas previstas em lei deve escolher para dar prosseguimento a tais processos.


Nestes termos, a Lei 13.019 de 2014 alterada pela Lei 13.204 de 2015, que regulamenta a matéria em comento, em seu artigo 31, inciso II, regulamenta as hipóteses em que o chamamento público será inexigível:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade

beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.(grifo nosso)

Sendo assim, a Entidade relacionada apresenta as condições para se tornar inexigível o chamamento público, em razão de estar identificada expressamente na Lei 3.442 de 26 de outubro de 2016.

Por esta razão e em cumprimento ao artigo 32 da lei 13.019/14, é a presente, para após apresentados os esclarecimentos, justificar a opção pela inexigibilidade do Chamamento Público destinado ao Repasse de recursos públicos ao Terceiro Setor.

No mais, dou por justificada a presente inexigibilidade, e determino sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista na lei 13.019/14, que o extrato da justificativa seja publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e também no meio oficial de publicidade da administração.

Guararapes, 17 de janeiro de 2017.

Tarek Dargham

Prefeito

***Código Localizador: KZ/POSVT***

# DIÁRIO OFICIAL
## MUNICÍPIO DE GUARARAPES
Conforme Lei Municipal nº 3.427, de 22 de setembro de 2016




**Contas Públicas e Instrumentos de Gestão Fiscal**

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Compactado p/ Publicação - Modelo 1

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)**
**- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -**

**MUNICÍPIO DE GUARARAPES**
**6º BIMESTRE DE 2016**

*Valores expressos em R$*

| RECEITAS | Previsão anual | | 6º BIMESTRE | | Acumulado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Categoria Econômica/Fontes | Inicial | Atualizada | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | a realizar |
| **Receitas Correntes (A)** | **77.500.000,00** | **77.500.000,00** | **12.287.268,07** | **15.821.744,09** | **77.500.000,00** | **77.938.760,37** | **-438.760,37** |
| Tributárias | 9.924.660,00 | 9.924.660,00 | 1.319.883,03 | 1.590.294,98 | 9.924.660,00 | 9.717.637,90 | 207.022,10 |
| Impostos | 9.685.840,00 | 9.685.840,00 | 1.300.470,57 | 1.560.391,25 | 9.685.840,00 | 9.402.998,44 | 282.841,56 |
| ITR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IPTU | 4.134.710,00 | 4.134.710,00 | 442.398,44 | 519.055,25 | 4.134.710,00 | 4.096.608,78 | 38.101,22 |
| ISSQN | 3.086.020,00 | 3.086.020,00 | 435.859,05 | 620.015,79 | 3.086.020,00 | 3.478.582,51 | -392.562,51 |
| ITBI | 1.379.230,00 | 1.379.230,00 | 234.567,20 | 110.212,48 | 1.379.230,00 | 702.462,40 | 676.767,60 |
| IRRF | 1.085.880,00 | 1.085.880,00 | 187.645,88 | 311.107,73 | 1.085.880,00 | 1.125.344,75 | -39.464,75 |
| Taxas | 238.820,00 | 238.820,00 | 19.412,46 | 29.903,73 | 238.820,00 | 314.639,46 | -75.819,46 |
| Contribuição de Melhoria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições | 867.330,00 | 867.330,00 | 259.023,78 | 280.484,00 | 867.330,00 | 1.540.295,16 | -672.965,16 |
| Patrimoniais | 635.020,00 | 635.020,00 | 49.856,48 | 80.987,82 | 635.020,00 | 713.347,42 | -78.327,42 |
| Industriais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Agropecuárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Serviços | 3.816.630,00 | 3.816.630,00 | 632.398,33 | 717.428,82 | 3.816.630,00 | 3.831.619,13 | -14.989,13 |
| Transferências Correntes | 68.850.500,00 | 68.850.500,00 | 10.888.177,21 | 14.680.229,21 | 68.850.500,00 | 68.570.213,09 | 280.286,91 |
| (-) Contas Redutoras (ICMS,FPM,IPI Exp) | (10.018.940,00) | (10.018.940,00) | (1.447.286,30) | (2.024.024,82) | (10.018.940,00) | (9.401.036,84) | 617.903,16 |
| Outras Receitas Correntes | 1.638.320,00 | 1.638.320,00 | 348.048,84 | 245.365,82 | 1.638.320,00 | 1.440.321,60 | 197.998,40 |
| Rec. Contribuições Sociais-Intra-Orç. | 1.786.480,00 | 1.786.480,00 | 237.166,70 | 250.978,26 | 1.786.480,00 | 1.526.362,91 | 260.117,09 |
| **Receitas de Capital (B)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **172.375,00** | **0,00** | **829.661,39** | **-829.661,39** |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 172.375,00 | 0,00 | 829.661,39 | -829.661,39 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **RECEITA TOTAL (A+B)** | **77.500.000,00** | **77.500.000,00** | **12.287.268,07** | **15.994.119,09** | **77.500.000,00** | **78.768.421,76** | **-1.268.421,76** |
| **DESPESAS** | **Dotação Anual** | | **6º BIMESTRE** | | **Acumulado** | | |
| **Categoria Econômica/Natureza** | **Inicial** | **Atualizada** | **Empenhado** | **Liquidado** | **Empenhado** | **Liquidado** | **A empenhar** |
| **Despesas Correntes (C)** | **75.805.020,00** | **79.402.366,39** | **12.006.183,68** | **15.173.509,35** | **77.833.475,00** | **77.370.649,11** | **1.568.891,39** |
| Pessoal/Encargos Sociais + Intra-Orç. | 46.202.340,00 | 42.012.169,93 | 8.654.736,94 | 8.656.126,09 | 41.131.218,37 | 41.131.218,37 | 880.951,56 |
| Juros/Encargos da Dívida Interna | 922.000,00 | 47.401,00 | 8.111,28 | 8.111,28 | 46.200,72 | 46.200,72 | 1.200,28 |
| Juros/Encargos Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 28.680.680,00 | 37.342.795,46 | 3.343.335,46 | 6.509.271,98 | 36.656.055,91 | 36.193.230,02 | 686.739,55 |
| **Despesas de Capital (D)** | **1.297.980,00** | **4.742.490,64** | **226.673,77** | **250.489,26** | **2.772.268,82** | **1.960.290,41** | **1.970.221,82** |
| Investimentos | 338.980,00 | 3.423.190,64 | 31.021,51 | 54.837,00 | 1.453.351,23 | 641.372,82 | 1.969.839,41 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 959.000,00 | 1.319.300,00 | 195.652,26 | 195.652,26 | 1.318.917,59 | 1.318.917,59 | 382,41 |
| Amortização do Refin. Dív. Mobil. | 959.000,00 | 1.319.300,00 | 195.652,26 | 195.652,26 | 1.318.917,59 | 1.318.917,59 | 382,41 |
| Outras Amortizações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Reserva de Contingência (E)** | 397.000,00 | 266,92 | | | | | |
| **DESPESA TOTAL (C+D)** | **77.500.000,00** | **84.145.123,95** | **12.232.857,45** | **15.423.998,61** | **80.605.743,82** | **79.330.939,52** | **3.539.380,13** |
| **SUPERÁVIT/DÉFICIT (A+B–C-D)** | **0,00** | **-6.645.123,95** | **3.761.261,64** | **570.120,48** | **-1.837.322,06** | **-562.517,76** | |

TAREK DARGHAM
Prefeito Municipal

EDSON LUÍS BARTOL DIAS
CRC 1SP 156845/O-8

ELTON JOHNNY PETINI
Responsável pelo Controle Interno

Compactado p/ Publicação - Modelo 2

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**(Artigo 52, Inciso II, alínea "c" da LC. 101/00)**
**- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -**

**MUNICÍPIO DE GUARARAPES**
**6º BIMESTRE DE 2016**

*Valores expressos em R$*

| Cód. Função | Cód. Subf. | DESPESAS | Dotação Anual | | 6º BIMESTRE | | Acumulado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Funções/Subfunções | Inicial | Atualizada | Empenhado | Liquidado | Empenhado | Liquidado | a empenhar |
| 1 | 0 | LEGISLATIVO | 2.139.800,00 | 2.024.800,00 | 403.354,04 | 429.762,94 | 1.921.770,00 | 1.921.770,00 | 103.030,00 |
| 1 | 31 | Ação Legislativa + Intra-Orç. | 2.139.800,00 | 2.024.800,00 | 403.354,04 | 429.762,94 | 1.921.770,00 | 1.921.770,00 | 103.030,00 |
| 4 | 0 | ADMINISTRAÇÃO | 7.049.560,00 | 6.563.181,85 | 1.186.347,33 | 1.587.094,13 | 6.473.728,30 | 6.434.564,32 | 89.453,55 |
| 4 | 121 | Planejamento e Orçamento | 148.010,00 | 84.518,51 | 10.842,08 | 13.717,06 | 83.172,05 | 83.172,05 | 1.346,46 |
| 4 | 122 | Administração Geral | 2.329.390,00 | 1.851.150,86 | 280.282,96 | 345.426,71 | 1.801.066,19 | 1.792.136,57 | 50.084,67 |
| 4 | 123 | Administração Financeira + Res. Cont. | 2.163.080,00 | 2.629.437,59 | 614.213,50 | 798.988,52 | 2.618.372,17 | 2.612.622,97 | 11.065,42 |
| 4 | 126 | Tecnologia da Informação | 217.380,00 | 131.640,00 | -9.166,06 | 24.201,01 | 129.291,89 | 120.172,76 | 2.348,11 |
| 4 | 128 | Formação de Recursos Humanos | 404.100,00 | 295.000,00 | 42.091,31 | 55.309,60 | 293.868,52 | 292.265,99 | 1.131,48 |
| 4 | 129 | Administração de Receitas | 280.220,00 | 253.093,66 | 36.372,40 | 50.764,31 | 250.595,41 | 250.247,58 | 2.498,25 |
| 4 | 131 | Comunicação Social | 336.910,00 | 334.258,18 | 3.917,63 | 64.917,15 | 332.592,10 | 328.113,62 | 1.666,08 |
| 4 | 62 | Defesa Int.Públ.no Proc.Judiciário | 152.090,00 | 129.391,82 | 11.726,44 | 21.395,34 | 126.095,76 | 124.106,18 | 3.296,06 |
| 4 | 61 | Ação Judiciária | 444.350,00 | 386.973,14 | 86.797,61 | 106.468,08 | 383.746,48 | 383.434,87 | 3.226,66 |
| 4 | 331 | Proteção e Benefícios ao Trabalhador | 320.000,00 | 245.938,09 | 51.162,68 | 51.612,68 | 238.943,76 | 238.943,76 | 6.994,33 |
| 4 | 661 | Promoção Industrial | 172.640,00 | 87.140,00 | 15.416,74 | 16.481,84 | 85.597,65 | 85.597,65 | 1.542,35 |
| 8 | 0 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 2.968.020,00 | 3.080.133,91 | 344.248,47 | 528.726,23 | 2.937.946,68 | 2.809.830,37 | 142.187,23 |
| 8 | 241 | Assistência ao Idoso | 65.720,00 | 62.898,10 | 6.120,00 | 10.120,00 | 61.260,03 | 61.260,03 | 1.638,07 |
| 8 | 242 | Assist. ao Portador de Deficiência | 64.470,00 | 85.032,22 | 6.265,75 | 11.985,75 | 63.861,64 | 63.861,64 | 21.170,58 |
| 8 | 243 | Assist. à Criança e ao Adolescente | 943.540,00 | 1.007.328,96 | 128.208,41 | 192.320,86 | 984.464,11 | 984.322,91 | 22.864,85 |
| 8 | 244 | Assistência Comunitária | 1.894.290,00 | 1.924.874,63 | 203.654,31 | 314.299,62 | 1.828.360,90 | 1.700.385,79 | 96.513,73 |
| 9 | 0 | PREVIDÊNCIA SOCIAL | 1.883.940,00 | 1.883.940,00 | 313.528,52 | 313.528,52 | 1.626.929,03 | 1.626.929,03 | 257.010,97 |
| 9 | 272 | Previdência do Regime Estatutário | 1.883.940,00 | 1.883.940,00 | 313.528,52 | 313.528,52 | 1.626.929,03 | 1.626.929,03 | 257.010,97 |
| 10 | 0 | SAÚDE | 18.834.770,00 | 23.897.614,95 | 3.872.123,01 | 4.412.020,42 | 23.599.436,70 | 23.302.582,06 | 298.178,25 |
| 10 | 301 | Atenção Básica | 16.511.970,00 | 16.584.002,87 | 2.416.892,87 | 2.805.250,91 | 16.421.075,70 | 16.172.907,04 | 162.927,17 |
| 10 | 302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 653.310,00 | 5.971.129,40 | 1.224.350,28 | 1.338.930,59 | 5.881.853,66 | 5.869.658,30 | 89.275,74 |
| 10 | 304 | Vigilância Sanitária | 1.425.870,00 | 1.122.952,68 | 186.125,53 | 236.192,12 | 1.090.290,72 | 1.084.058,10 | 32.661,96 |
| 10 | 305 | Vigilância Epidemiológica | 243.620,00 | 219.530,00 | 44.754,33 | 31.646,80 | 206.216,62 | 175.958,62 | 13.313,38 |
| 12 | 0 | EDUCAÇÃO | 23.847.330,00 | 24.466.526,14 | 3.587.303,63 | 4.646.462,02 | 23.904.296,00 | 23.789.799,53 | 562.230,14 |
| 12 | 361 | Ensino Fundamental | 6.811.300,00 | 7.248.182,56 | 1.230.947,09 | 1.441.603,96 | 7.048.766,17 | 7.024.058,87 | 199.416,39 |
| 12 | 362 | Ensino Médio | 229.670,00 | 360.801,86 | 85.918,15 | 101.765,15 | 359.393,57 | 356.793,57 | 1.408,29 |
| 12 | 363 | Ensino Profissional | 475.480,00 | 516.551,51 | 98.637,96 | 121.616,68 | 511.552,53 | 511.171,33 | 4.998,98 |
| 12 | 364 | Ensino Superior | 501.000,00 | 709.067,62 | 151.992,23 | 151.992,23 | 708.373,03 | 708.373,03 | 694,59 |
| 12 | 365 | Educação Infantil | 12.671.610,00 | 12.149.921,53 | 1.677.438,20 | 2.227.103,17 | 11.852.375,11 | 11.810.161,04 | 297.546,42 |
| 12 | 366 | Educação de Jovens e Adultos | 318.180,00 | 351.259,38 | 62.696,10 | 70.148,66 | 336.102,56 | 336.102,56 | 15.156,82 |
| 12 | 367 | Educação Especial | 553.520,00 | 587.515,69 | 60.446,23 | 96.135,90 | 558.130,13 | 556.306,89 | 29.385,56 |
| 12 | 306 | Alimentação e Nutrição | 2.286.570,00 | 2.543.225,99 | 219.227,67 | 436.096,27 | 2.529.602,90 | 2.486.832,24 | 13.623,09 |
| 13 | 0 | CULTURA | 554.350,00 | 613.184,88 | 43.779,36 | 89.230,78 | 608.766,21 | 602.977,19 | 4.418,67 |
| 15 | 0 | URBANISMO | 10.931.670,00 | 12.040.772,94 | 1.431.017,90 | 2.074.659,71 | 10.521.590,04 | 10.196.666,13 | 1.519.182,90 |
| 15 | 451 | Infra-Estrutura Urbana | 1.646.260,00 | 2.982.656,03 | 377.000,68 | 433.401,50 | 1.542.065,20 | 1.234.543,16 | 1.440.590,83 |
| 15 | 452 | Serviços Urbanos | 9.285.410,00 | 9.058.116,91 | 1.054.017,22 | 1.641.258,21 | 8.979.524,84 | 8.962.122,97 | 78.592,07 |
| 17 | 0 | SANEAMENTO | 3.424.870,00 | 4.944.430,65 | 461.760,31 | 719.944,99 | 4.411.704,67 | 4.046.607,00 | 532.725,98 |
| 17 | 512 | Saneamento Básico Urbano | 3.424.870,00 | 4.944.430,65 | 461.760,31 | 719.944,99 | 4.411.704,67 | 4.046.607,00 | 532.725,98 |
| 18 | 0 | GESTÃO AMBIENTAL | 172.390,00 | 66.064,34 | 3.501,30 | 5.237,39 | 61.932,55 | 61.711,45 | 4.131,79 |
| 18 | 541 | Preservação e Conservação Ambiental | 172.390,00 | 66.064,34 | 3.501,30 | 5.237,39 | 61.932,55 | 61.711,45 | 4.131,79 |
| 20 | 0 | AGRICULTURA | 322.950,00 | 148.887,63 | 25.696,54 | 29.530,44 | 144.884,56 | 144.884,56 | 4.003,07 |
| 20 | 606 | Extensão Rural | 294.950,00 | 148.548,13 | 25.696,54 | 29.530,44 | 144.545,06 | 144.545,06 | 4.003,07 |
| 20 | 782 | Transporte Rodoviário | 28.000,00 | 339,50 | 0,00 | 0,00 | 339,50 | 339,50 | 0,00 |
| 26 | 0 | TRANSPORTE | 108.750,00 | 155.390,00 | 9.987,56 | 12.832,74 | 150.254,89 | 150.254,89 | 5.135,11 |
| 26 | 782 | Transporte Rodoviário | 108.750,00 | 155.390,00 | 9.987,56 | 12.832,74 | 150.254,89 | 140.731,15 | 5.135,11 |
| 27 | 0 | DESPORTO E LAZER | 660.600,00 | 732.100,74 | 123.873,34 | 148.567,16 | 721.296,24 | 721.155,04 | 10.804,50 |
| 27 | 812 | Desporto Comunitário | 660.600,00 | 732.100,74 | 123.873,34 | 148.567,16 | 721.296,24 | 721.155,04 | 10.804,50 |
| 28 | 0 | ENCARGOS ESPECIAIS | 4.204.000,00 | 3.527.829,00 | 426.336,14 | 426.401,14 | 3.521.207,95 | 3.521.207,95 | 6.621,05 |
| 28 | 843 | Serviço da Dívida Interna | 1.881.000,00 | 1.366.701,00 | 203.763,54 | 203.763,54 | 1.365.118,31 | 1.365.118,31 | 1.582,69 |
| 28 | 846 | Outros Encargos Especiais + Intra-Orç. | 2.323.000,00 | 2.161.128,00 | 222.572,60 | 222.637,60 | 2.156.089,64 | 2.156.089,64 | 5.038,36 |
| 99 | 0 | RESERVA DE CONTIGENCIA | 397.000,00 | 266,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 266,92 |
| 99 | 999 | Reserva de Contigência | 397.000,00 | 266,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 266,92 |
| | | **TOTAL** | **77.500.000,00** | **84.145.123,95** | **12.232.857,45** | **15.423.998,61** | **80.605.743,82** | **79.330.939,52** | **3.539.380,13** |

TAREK DARGHAM
Prefeito Municipal

EDSON LUÍS BARTOL DIAS
CRC 1SP 156845/O-8

ELTON JOHNNY PETINI
Responsável pelo Controle Interno

Modelo 3

## RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
**(Artigo 2º, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00)**
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL**

**MUNICÍPIO DE GUARARAPES**
**6º BIMESTRE DE 2016**

*Valores expressos em R$*

| RECEITAS CORRENTES | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | OUTUBRO | NOVEMBRO | MÊS DE REF: DEZEMBRO | TOTAL | Apuração Bimestre Anterior | Previsão atualizadada Exercício |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | 8.028.941,84 | 8.382.980,05 | 7.551.010,63 | 6.113.960,48 | 7.313.215,73 | 6.200.370,56 | 6.583.114,00 | 6.649.203,75 | 5.649.103,30 | 7.022.127,96 | 7.809.517,06 | 10.036.251,85 | 87.339.797,21 | 83.931.389,96 | 87.518.940,00 |
| **ADMINISTRAÇÃO INDIRETA** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Autarquias | | | | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Fundações Públicas | | | | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empresas Estatais Dependentes | | | | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Subtotal** | 8.028.941,84 | 8.382.980,05 | 7.551.010,63 | 6.113.960,48 | 7.313.215,73 | 6.200.370,56 | 6.583.114,00 | 6.649.203,75 | 5.649.103,30 | 7.022.127,96 | 7.809.517,06 | 10.036.251,85 | 87.339.797,21 | 83.931.389,96 | 87.518.940,00 |
| **( - ) DEDUÇÕES** | | | | | | | | | | | | | | | |
| Receitas Transf. Intrag. Adm. Dir/Ind.e Fund. | 110.406,29 | 139.655,38 | 119.761,50 | 123.708,59 | 120.295,68 | 126.926,15 | 126.091,50 | 119.177,45 | 117.683,60 | 171.678,51 | 115.516,58 | 135.461,68 | 1.526.362,91 | 1.572.000,53 | 1.786.480,00 |
| Contrib. Serv. Reg.Própr.Previdência | 4.917,66 | 4.082,30 | 5.803,47 | 5.803,47 | 6.164,64 | 5.803,47 | 5.803,47 | 5.803,47 | 5.803,47 | 5.803,47 | 7.970,53 | 46.856,91 | 110.616,33 | 71.780,12 | 97.460,00 |
| Compensação Financ.entre Reg. Prev. | | | | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FUNDEB | 1.015.848,90 | 790.460,44 | 809.977,83 | 634.453,64 | 806.199,25 | 647.459,38 | 596.316,79 | 704.440,18 | 574.517,80 | 797.337,81 | 944.711,12 | 1.079.313,70 | 9.401.036,84 | 8.910.114,11 | 10.018.940,00 |
| Anulação de Restos a Pagar | | | | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras | 24.341,86 | 0,00 | 6.460,00 | 55.159,25 | 29.099,26 | 22.639,26 | 22.575,46 | 22.766,86 | 16.695,12 | 28.780,26 | 16.179,26 | 29.099,26 | 273.795,85 | 277.201,05 | 334.140,00 |
| | | | | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Subtotal** | 1.155.514,71 | 934.198,12 | 942.002,80 | 819.124,95 | 961.758,83 | 802.828,26 | 750.787,22 | 852.187,96 | 714.699,99 | 1.003.600,05 | 1.084.377,49 | 1.290.731,55 | 11.311.811,93 | 10.831.095,81 | 12.237.020,00 |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** | 6.873.427,13 | 7.448.781,93 | 6.609.007,83 | 5.294.835,53 | 6.351.456,90 | 5.397.542,30 | 5.832.326,78 | 5.797.015,79 | 4.934.403,31 | 6.018.527,91 | 6.725.139,57 | 8.745.520,30 | 76.027.985,28 | 73.100.294,15 | 75.281.920,00 |

TAREK DARGHAM
Prefeito Municipal

EDSON LUÍS BARTOL DIAS
CRC 1SP 156845/O-8

ELTON JOHNNY PETINI
Responsável pelo Controle Interno

**Modelo 4**

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

(Artigos 53, Inciso II e 50, Inciso IV da LC. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

**MUNICÍPIO DE GUARARAPES**

**6º BIMESTRE DE 2016**

*Valores expressos em R$*

| I –RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS | Previsão Anual | | Receitas Realizadas | | Saldo a Realizar |
|---|---|---|---|---|---|
| | Inicial | Atualizada | No Bimestre | Até o Bimestre | |
| Contribuições Patronais | | | | | **0,00** |
| Contribuições dos Servidores Ativos | 31.080,00 | 31.080,00 | 6.501,18 | 26.993,84 | **4.086,16** |
| Contribuições dos Servidores Inativos | 50.720,00 | 50.720,00 | 45.824,94 | 74.227,13 | **-23.507,13** |
| Contribuições dos Pensionistas | 15.660,00 | 15.660,00 | 2.501,32 | 9.395,36 | **6.264,64** |
| Receitas Patrimoniais | | | 394,19 | 833,42 | **-833,42** |
| Compensações Previdenciárias | | | | | **0,00** |
| Alienações de Bens | | | | | **0,00** |
| Rec. Contribuições Sociais-Intra-Orçamentária | 1.786.480,00 | 1.786.480,00 | 250.978,26 | 1.526.362,91 | **260.117,09** |
| **Total** | **1.883.940,00** | **1.883.940,00** | **306.199,89** | **1.637.812,66** | **246.127,34** |

| II –DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS | Dotação Anual | | Empenhadas | | Liquidadas | | Saldo a Empenhar |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inicial | Atualizada | No Bimestre | Até o Bimestre | No Bimestre | Até o Bimestre | |
| Inativos | 1.233.180,00 | 1.231.841,75 | 193.618,81 | 991.666,51 | 193.618,81 | 991.666,51 | **240.175,24** |
| Pensionistas | 649.730,00 | 651.042,25 | 119.733,71 | 634.206,52 | 119.733,71 | 634.206,52 | **16.835,73** |
| Outros Benefícios | 1.030,00 | 1.056,00 | 176,00 | 1.056,00 | 176,00 | 1.056,00 | **0,00** |
| Outras Despesas | | | | | | | **0,00** |
| **Total** | **1.883.940,00** | **1.883.940,00** | **313.528,52** | **1.626.929,03** | **313.528,52** | **1.626.929,03** | **257.010,97** |

| III - RESULTADO | 0,00 | 0,00 | -7.328,63 | 10.883,63 | -7.328,63 | 10.883,63 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|

| IV –DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS | R$ | | R$ |
|---|---|---|---|
| | | | |
| **Receitas** | **1.886.591,62** | **Despesas** | **1.874.790,91** |
| Orçamentárias | 111.449,75 | Orçamentárias pagas | 1.626.929,03 |
| Extra-orçamentárias | 248.778,96 | Extra-orçamentárias | 248.736,00 |
| Rec. Intra-Orçamentária | 1.526.362,91 | Desp. Intra-Orçamentária | 0,00 |
| Ajuste Exercício Anterior | | Ajuste Exercício Anterior | 0,00 |
| | | Inscrição Restos a pagar* | -874,12 |
| **Saldo do exercício anterior** | **41.858,58** | **Saldo Atual** | **53.659,29** |
| Caixa | | Caixa | |
| Bancos Conta Movimento | 41.858,58 | Bancos Conta Movimento | 53.659,29 |
| Aplicações Financeiras | | Aplicações Financeiras | |
| | | | |
| **Total Geral** | **1.928.450,20** | | **1.928.450,20** |

** Relativo ao último 4º Bimestre*

TAREK DARGHAM
Prefeito Municipal

EDSON LUÍS BARTOL DIAS
CRC 1SP 156845/O-8

ELTON JOHNNY PETINI
Responsável pelo Controle Interno

Modelo 5

## RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO
**(Art. 53, Inciso III da LC. 101/00)**
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL**

**MUNICÍPIO DE GUARARAPES**
**6º BIMESTRE DE 2016**

**RESULTADO PRIMÁRIO** *Valores expressos em R$*

| RECEITAS FISCAIS | Previsão Atualizada | | | Realização | | Período Exercício Anterior |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Anual | Do Bimestre | Até o Bimestre | No Bimestre | Até o Bimestre | |
| **Receitas Correntes** | **77.500.000,00** | **12.287.268,07** | **77.500.000,00** | **15.821.744,09** | **77.938.760,37** | **71.438.346,42** |
| **Receitas de Capital** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **172.375,00** | **829.661,39** | **1.418.061,30** |
| **Subtotal:** | **77.500.000,00** | **12.287.268,07** | **77.500.000,00** | **15.994.119,09** | **78.768.421,76** | **72.856.407,72** |
| **(-) Deduções** | | | | | | |
| Receitas de Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | **0,00** |
| Rendas de aplicações Financeiras | 619.550,00 | 47.592,53 | 619.550,00 | 47.437,20 | 709.146,92 | **701.090,00** |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | **0,00** |
| Receitas de alienações de ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | **0,00** |
| **Subtotal** | **619.550,00** | **47.592,53** | **619.550,00** | **47.437,20** | **709.146,92** | **701.090,00** |
| **I - RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS** | **76.880.450,00** | **12.239.675,54** | **76.880.450,00** | **15.946.681,89** | **78.059.274,84** | **72.155.317,72** |

| DESPESAS FISCAIS | Dotação Atualizada | | | Despesas Liquidadas | | Período Exerc. Ant. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Anual | Do Bimestre | Até o Bimestre | No Bimestre | Até o Bimestre | |
| **Despesas Correntes** | **79.402.366,39** | **12.444.274,30** | **79.402.366,39** | **15.173.509,35** | **77.370.649,11** | **70.317.573,89** |
| (-) Juros e Encargos da Dívida | 47.401,00 | 47.401,00 | 47.401,00 | 8.111,28 | 46.200,72 | 40.608,93 |
| **Subtotal** | **79.354.965,39** | **12.396.873,30** | **79.354.965,39** | **15.165.398,07** | **77.324.448,39** | **70.276.964,96** |
| **Despesas de Capital** | **4.742.490,64** | **222.572,93** | **4.742.490,64** | **250.489,26** | **1.960.290,41** | **3.459.553,78** |
| **(-) Deduções** | **1.319.300,00** | **193.133,30** | **1.319.300,00** | **195.652,26** | **1.318.917,59** | **1.644.984,27** |
| Amortização de Dívida | 1.319.300,00 | 193.133,30 | 1.319.300,00 | 195.652,26 | 1.318.917,59 | 1.644.984,27 |
| Concessão de Empréstimos | | | | | | |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado | | | | | | |
| **Subtotal** | **3.423.190,64** | **29.439,63** | **3.423.190,64** | **54.837,00** | **641.372,82** | **1.814.569,51** |
| **II - RESERVA DE CONTINGÊNCIA** | **266,92** | **0,00** | **266,92** | | | **0,00** |
| **III - DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS** | **82.778.156,03** | **12.426.312,93** | **82.778.156,03** | **15.220.235,07** | **77.965.821,21** | **72.091.534,47** |
| **IV - RESULTADO PRIMÁRIO (I - III+II)** | **-5.897.439,11** | **-186.637,39** | **-5.897.439,11** | **726.446,82** | **93.453,63** | **63.783,25** |

| RESULTADO NOMINAL | SALDO | | | RESULTADO NOMINAL | |
|---|---|---|---|---|---|
| ESPECIFICAÇÃO | Em 31/12 Exerc. Anterior (A) | Bimestre Anterior (B) | Bimestre Atual (C) | No Bimestre (C-B) | Janeiro até o Bimestre (C-A) |
| **I. Dívida Consolidada** | **16.974.790,68** | **15.851.525,35** | **15.851.525,35** | | |
| **II. Deduções:(*)** | **6.724.381,83** | **4.737.232,45** | **3.471.315,17** | | |
| Ativo Disponível | 7.640.775,96 | 4.703.743,98 | 4.120.015,74 | | |
| Haveres Financeiros | 24.514,06 | 33.488,47 | 36.358,39 | | |
| (-) Restos a Pagar Processados | 940.908,19 | 0,00 | 685.058,96 | | |
| **III. Dívida Consolidada Líquida (I-II)** | **10.250.408,85** | **11.114.292,90** | **12.380.210,18** | | |
| **IV. Receita de Privatizações** | | | | | |
| **V. Passivos Reconhecidos** | | | | | |
| **Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)** | **10.250.408,85** | **11.114.292,90** | **12.380.210,18** | **1.265.917,28** | **2.129.801,33** |

(*) Se o saldo for negativo (Restos a Pagar maior que Ativo Disponível + Haveres Financeiros) o sistema lançará o valor zero, pois não deve ser informado o valor negativo.

**Justificativas (art. 9º, cc inciso I, §2º, art. 53 da LRF)**

*** Composição da Dívida Consolidada em 31/12/2016:**

**PRECATÓRIOS Ações Desapropriatórias e Outras Espécies.....R$ 11.818.907,84**
**PRECATÓRIOS Ações de Natureza Alimentar.....R$ 807.738,71**
**INSS .....R$ 3.107.165,88**
**PASEP Parcelamento 120 Meses e 130 Meses .....R$ 117.712,92**

TAREK DARGHAM
Prefeito Municipal

EDSON LUÍS BARTOL DIAS
CRC 1SP 156845/O-8

ELTON JOHNNY PETINI
Responsável pelo Controle Interno

Modelo 6

# DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
**(Artigo 53, Inciso V, da LC. 101/00)**
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL**

**MUNICÍPIO DE GUARARAPES**

**6º BIMESTRE DE 2016**

| PODER / ÓRGÃO / ENTIDADES | Saldo de Exercícios Anteriores | Inscrições | | Baixas | | | | Montante a Pagar | Disponibilidade Financeira |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Processados | Não Processados | Cancelamentos | | Pagamentos | | | |
| | | | | No Bimestre | Até o Bimestre | No Bimestre | Até o Bimestre | | |
| **PODER LEGISLATIVO** | | | | | | | | | |
| Câmara Municipal | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **PODER EXECUTIVO** | **2.263.488,10** | **672.451,99** | **1.274.804,30** | **71,91** | **51.049,01** | **15.585,00** | **1.580.621,06** | **2.579.074,32** | **4.120.015,74** |
| Prefeitura Municipal | 2.263.488,10 | 671.577,87 | 1.274.804,30 | 71,91 | 51.049,01 | 15.585,00 | 1.580.621,06 | **2.578.200,20** | 4.066.356,45 |
| **Órgãos/Entidades** | **0,00** | **874,12** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **874,12** | **53.659,29** |
| Fdo. Munic. Prev. Social | 0,00 | 874,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | **874,12** | 53.659,29 |
| **TOTAL:** | **2.263.488,10** | **672.451,99** | **1.274.804,30** | **71,91** | **51.049,01** | **15.585,00** | **1.580.621,06** | **2.579.074,32** | **4.120.015,74** |

TAREK DARGHAM
Prefeito Municipal

EDSON LUÍS BARTOL DIAS
CRC 1SP 156845/O-8

ELTON JOHNNY PETINI
Responsável pelo Controle Interno

**Modelo 8**

# DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DO REGIME DE PREVIDENCIA PRÓPRIA

**(Artigo 53, §1º, Inciso II da LC 101/00)**

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL**

**MUNICÍPIO DE GUARARAPES**

**FUNDO/ENTIDADE:**

**ANO DE 2016**

*Valores expressos em R$*

| ANO | RECEITAS | DESPESAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|
| 2017 | | | **0,00** |
| 2018 | | | **0,00** |
| 2019 | | | **0,00** |
| 2020 | | | **0,00** |
| 2021 | | | **0,00** |
| 2022 | | | **0,00** |
| 2023 | | | **0,00** |
| 2024 | | | **0,00** |
| 2025 | | | **0,00** |
| 2026 | | | **0,00** |
| 2027 | | | **0,00** |
| 2028 | | | **0,00** |
| 2029 | | | **0,00** |
| 2030 | | | **0,00** |
| 2031 | | | **0,00** |
| 2032 | | | **0,00** |
| 2033 | | | **0,00** |
| 2034 | | | **0,00** |
| 2035 | | | **0,00** |
| 2036 | | | **0,00** |
| 2037 | | | **0,00** |
| 2038 | | | **0,00** |
| 2039 | | | **0,00** |
| 2040 | | | **0,00** |
| 2041 | | | **0,00** |
| 2042 | | | **0,00** |
| 2043 | | | **0,00** |
| 2044 | | | **0,00** |
| 2045 | | | **0,00** |
| 2046 | | | **0,00** |
| 2047 | | | **0,00** |
| 2048 | | | **0,00** |
| 2049 | | | **0,00** |
| 2050 | | | **0,00** |
| 2051 | | | **0,00** |

Sem Movimento

Nome do Atuário Responsável / Registro nº:

TAREK DARGHAM
Prefeito Municipal

EDSON LUÍS BARTOL DIAS
CRC 1SP 156845/O-8

ELTON JOHNNY PETIN
Responsável pelo Controle I

Modelo 9

## DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS

**(Artigo 53, §1º, Inciso III, da LC 101/00)**

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL**

**MUNICÍPIO DE GUARARAPES**

**ANO DE 2016**

**I - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

| PODERES/ÓRGÃO: | Saldo do Exercício Anterior (1) | Receita Realizada (2) | Aplicação dos Recursos | | | Saldo a aplicar (1)+(2)-(3) | Saldo C/C vinculada à aplicação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Despesa Paga (3) | | |
| **ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | **2.489,32** | **236,54** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **2.725,86** | 2.725,86 |
| Câmara Municipal | | | | | | **0,00** | |
| Prefeitura Municipal | 2.489,32 | 236,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | **2.725,86** | 2.725,86 |
| **ADMINISTRAÇÃO INDIRETA** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Autarquia "X" | | | | | | **0,00** | |
| Fundação "Y" | | | | | | **0,00** | |
| Empresa Pública Dependente "Z" | | | | | | **0,00** | |
| **TOTAL:** | **2.489,32** | **236,54** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **2.725,86** | **2.725,86** |

**Detalhar a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos para cada Órgão de cada Poder:**

| **Receita:** |
|---|
| **R$ 236,54 -** Rendimentos de aplicações financeiras |

TAREK DARGHAM
Prefeito Municipal

EDSON LUÍS BARTOL DIAS
CRC 1SP 156845/O-8

ELTON JOHNNY PETINI
Responsável pelo Controle Interno

Anexo I - Modelo 10 - RGF

## DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL E PREVIDENCIÁRIAS

**(Artigo 22; Artigo 59, § 1º,incisos II e IV e § 2º da Lei Complementar 101/00; §§ 1º e 2º do Artigo 2º da Lei Federal nº 9717/98)**

**MUNICÍPIO DE GUARARAPES**
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**
**3º QUADRIMESTRE DE 2016**

*Valores expressos em R$*

| DESPESAS COM PESSOAL | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | OUTUBRO | NOVEMBRO | MÊS REF.: DEZEMBRO | Totais: |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Despesas com Pessoal Ativo | 1.813.554,18 | 2.268.975,48 | 2.114.789,26 | 2.135.169,36 | 2.113.612,40 | 2.126.553,12 | 2.112.839,54 | 2.104.940,60 | 2.101.424,37 | 3.524.282,35 | 2.142.435,87 | 3.642.098,91 | 28.200.675,44 |
| Mão-de-Obra terceirizada | | | | | | | | | | | | | 0,00 |
| Encargos Sociais + R. Intra-orç. | 641.196,73 | 742.041,09 | 741.261,96 | 743.370,60 | 734.763,80 | 746.221,03 | 734.985,93 | 730.094,73 | 728.359,17 | 824.482,67 | 744.318,70 | 1.432.667,31 | 9.543.763,72 |
| Inativos | | | | | | | | | | | | | 0,00 |
| Pensionistas | | | | | | | | | | | | | 0,00 |
| Salário Família | | | | | | | | | | | | | 0,00 |
| Sentenças Judiciais do período | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.505,08 | 25.590,60 | 0,00 | 0,00 | 22.598,06 | 7.406,28 | 4.813,02 | 600,00 | 93.513,04 |
| Outras desp.com pessoal (PASEP etc) | 67.888,28 | 73.035,41 | 67.053,63 | 72.171,98 | 59.553,78 | 60.575,09 | 56.232,65 | 55.108,80 | 56.069,82 | 57.901,51 | 67.077,00 | 84.504,86 | 777.172,81 |
| **Subtotal** | 2.522.639,19 | 3.084.051,98 | 2.923.104,85 | 2.950.711,94 | 2.940.435,06 | 2.958.939,84 | 2.904.058,12 | 2.890.144,13 | 2.908.451,42 | 4.414.072,81 | 2.958.644,59 | 5.159.871,08 | 38.615.125,01 |
| **(-) DEDUÇÕES (§1º do art. 19)** | | | | | | | | | | | | | |
| Indenização por demissão (inc.I) | 2.164,69 | 0,00 | 0,00 | 6.374,08 | 0,00 | 2.799,95 | 3.705,24 | 339,11 | 0,00 | 1.250,56 | 0,00 | 0,00 | 16.633,63 |
| Incentivos à demissão voluntária (inc.II) | | | | | | | | | | | | | 0,00 |
| Decisão Judicial de compet.anterior(inc.IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.505,08 | 25.590,60 | 0,00 | 0,00 | 22.598,06 | 7.406,28 | 4.813,02 | 600,00 | 93.513,04 |
| Inativos e Pensionistas (inc.VI) | | | | | | | | | | | | | 0,00 |
| **Subtotal** | 2.164,69 | 0,00 | 0,00 | 6.374,08 | 32.505,08 | 28.390,55 | 3.705,24 | 339,11 | 22.598,06 | 8.656,84 | 4.813,02 | 600,00 | 110.146,67 |
| **TOTAL** | 2.520.474,50 | 3.084.051,98 | 2.923.104,85 | 2.944.337,86 | 2.907.929,98 | 2.930.549,29 | 2.900.352,88 | 2.889.805,02 | 2.885.853,36 | 4.405.415,97 | 2.953.831,57 | 5.159.271,08 | 38.504.978,34 |

| DESPESAS COM PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | OUTUBRO | NOVEMBRO | MÊS REF.: DEZEMBRO | Totais: |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Despesas com Pessoal Inativo | 68.744,97 | 83.689,51 | 76.072,47 | 76.072,47 | 76.072,47 | 82.774,63 | 76.072,47 | 76.072,53 | 76.072,47 | 106.403,71 | 76.072,47 | 117.546,34 | 991.666,51 |
| Despesas com Pensionistas | 45.527,24 | 50.304,50 | 50.304,50 | 50.304,50 | 50.304,50 | 50.304,50 | 50.304,50 | 48.802,05 | 47.326,60 | 70.989,92 | 47.326,60 | 72.407,11 | 634.206,52 |
| Outros benefícios e desp. com Inativos | 88,00 | 88,00 | 88,00 | 88,00 | 88,00 | 88,00 | 88,00 | 88,00 | 88,00 | 88,00 | 88,00 | 88,00 | 1.056,00 |
| **Subtotal** | 114.360,21 | 134.082,01 | 126.464,97 | 126.464,97 | 126.464,97 | 133.167,13 | 126.464,97 | 124.962,58 | 123.487,07 | 177.481,63 | 123.487,07 | 190.041,45 | 1.626.929,03 |
| **(-) DEDUÇÕES** | | | | | | | | | | | | | |
| Contribuições dos Segurados | 4.917,66 | 4.082,30 | 5.803,47 | 5.803,47 | 6.164,64 | 5.803,47 | 5.803,47 | 5.803,47 | 5.803,47 | 5.803,47 | 7.970,53 | 46.856,91 | 110.616,33 |
| **TOTAL DESPESAS LÍQUIDAS** | 109.442,55 | 129.999,71 | 120.661,50 | 120.661,50 | 120.300,33 | 127.363,66 | 120.661,50 | 119.159,11 | 117.683,60 | 171.678,16 | 115.516,54 | 143.184,54 | 1.516.312,70 |

TAREK DARGHAM
Prefeito Municipal

EDSON LUÍS BARTOL DIAS
CRC 1SP 156845/O-8

ELTON JOHNNY PETINI
Responsável pelo Controle Interno

### RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO - PUBLICAÇÃO (ARTIGO 256 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL)

**MUNICÍPIO:** GUARARAPES **PERÍODO:** 4º TRIMESTRE **EXERCÍCIO:** 2016

| RECEITAS ARRECADADAS | Acumulado |
|---|---|
| Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU | 4.096.608,78 |
| Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis | 702.462,40 |
| Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza | 3.478.582,51 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte | 1.125.344,75 |
| Dívida Ativa de Impostos e Atualização de Impostos | 600.160,20 |
| Multas/Juros provenientes de impostos | 399.921,50 |
| Imposto Territorial Rural (Art. 153 - Redação EC nº 42/03) | 0,00 |
| Fundo de Participação dos Municípios | 21.647.066,54 |
| Imposto Territorial Rural (União) | 1.140.644,41 |
| Desoneração de Exportações (LC-87/96) | 102.948,00 |
| Imposto s/ Circ. de Mercadorias e Serviços | 21.106.103,48 |
| Imposto s/ Propriedade de Veículo Automotor | 4.351.755,55 |
| Imposto s/ Produto Industrial s/ Exportação | 144.397,15 |
| **TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS** | **58.895.995,27** |
| | |
| QSE, Convênios e Outros Recursos Adicionais | 2.407.757,64 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira - Conta LDB e Adicionais | 36.588,78 |
| Recursos de Operações de Crédito | 0,00 |
| Recursos recebidos do FUNDEB | 11.023.604,75 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB | 88.992,99 |
| **TOTAL DOS RECURSOS ADICIONAIS** | **13.556.944,16** |
| | |
| **TOTAL DA RECEITA ARRECADADA** | **72.452.939,43** |

| DESPESAS DO ENSINO | | Acumulado |
|---|---|---|
| 12.122 - Administração Geral da Secretaria da Educação | | 0,00 |
| 12.361 - Ensino Fundamental | | 3.132.651,89 |
| 12.365 - Educação Infantil | | 5.179.502,05 |
| 12.366 - Educação de Jovens e Adultos | | 66.725,53 |
| 12.367 - Educação Especial | | 263.124,99 |
| **( = )** | **Total da Despesa do Ensino** | **8.642.004,46** |
| ( - ) | Despesas c/ Recursos do QSE, Convênios e Outros | 2.147.785,53 |
| ( - ) | Despesas c/ Rendimentos de Aplicações - Conta LDB | 0,00 |
| ( - ) | Despesas c/ Recursos de Operações de Crédito | 0,00 |
| **( = )** | **Total da Despesa com Recursos Próprios** | **6.494.218,93** |
| ( + ) | Depesas realizadas com Recursos do FUNDEB | 10.974.319,32 |
| ( + ) | Valor Efetivamente Retido ao FUNDEB | 0,00 |
| ( - ) | Parcela Empenhada do Ganho Líquido - FUNDEB | 1.573.282,48 |
| **( = )** | **TOTAL APLICADO NO ENSINO** | **15.895.255,77** |
| | **APLICAÇÃO NO ENSINO (ART. 212 CF)** | **26,99%** |
| | | |
| **FUNDEB** | | |
| | Aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB | **99,56%** |
| | Aplicação nos profissionais do Magistério - FUNDEB | **94,25%** |
| | | |
| **REPASSES À CONTA DO ENSINO - ART.69,§5º,LEI 9.394/96** | | **6.409.000,00** |

RENATA BASSANI DIAS
Secretária da Educação - Subst.

TAREK DARGHAM
Prefeito Municipal

EDSON LUÍS BARTOL DIAS
CRC nº 1SP 156845/O-8

**Relatório de Gestão Fiscal**

Compactado p/ Publicação - Modelo 10

# RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**(Artigos 54 e 55 da LC 101/00)**

**MUNICÍPIO DE GUARARAPES**
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**
**3º QUADRIMESTRE DE 2016**

**I – COMPARATIVOS:** *Valores expressos em R$*

| | EXERCÍCIO ANTERIOR | | 3º QUADRIMESTRE | |
|---|---|---|---|---|
| **Receita Corrente Líquida** | **69.514.177,46** | | **76.027.985,28** | |
| | **R$** | **%** | **R$** | **%** |
| **Despesas Totais com Pessoal** | **35.580.368,50** | **51,18** | **38.504.978,34** | **50,65** |
| Limite Prudencial 95% (par.ún.art.22 LRF) | | | 39.002.356,45 | 51,30 |
| Limite Legal (art. 20 LRF) | 37.537.655,83 | 54,00 | 41.055.112,05 | 54,00 |
| Excesso a Regularizar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | |
| **Despesa Líq. Inativos e Pensionistas** | | | | |
| Total da Despesa Líquida | 1.496.848,34 | 2,15 | 1.516.312,70 | 1,99 |
| Limite Legal (§1º,art.2ºLei Federal 9.717/98) | 8.341.701,30 | 12,00 | 9.123.358,23 | 12,00 |
| Excesso a Regularizar | | | | |
| | | | | |
| **Dívida Consolidada Líquida** | | | | |
| Saldo | **16.974.790,68** | **24,42** | **15.851.525,35** | **20,85** |
| Limite Legal (arts.3º e 4º Res.nº 40 Senado) | 83.417.012,95 | 120,00 | 91.233.582,34 | 120,00 |
| Excesso a Regularizar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | |
| **Concessões de Garantias** | | | | |
| Montante | **0,00** | | **0,00** | |
| Limite Legal (art. 9º Res.nº 43 Senado) | 15.293.119,04 | 22,00 | 16.726.156,76 | 22,00 |
| Excesso a Regularizar | | | | |
| | | | | |
| **Operações de Crédito (exceto ARO)** | | | | |
| Realizadas no período | **0,00** | | **0,00** | |
| Limite legal (inc. I, art. 7º Res.nº 43 Senado) | 11.122.268,39 | 16,00 | 12.164.477,64 | 16,00 |
| Excesso a regularizar | | | | |
| | | | | |
| **Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO)** | | | | |
| Saldo devedor | **0,00** | | **0,00** | |
| Limite legal (art. 10 Res.nº 43 Senado) | 4.865.992,42 | 7,00 | 5.321.958,97 | 7,00 |
| Excesso a regularizar | | | | |

**II –INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS OU A ADOTAR (caso ultrapasse os limites acima):**

Guararapes-SP, 26 de janeiro de 2017.

| TAREK DARGHAM | EDSON LUÍS BARTOL DIAS | ELTON JOHNNY PETINI |
|---|---|---|
| Prefeito Municipal | CRC 1SP 156845/O-8 | Responsável pelo Controle Interno |

Compactado p/ Publicação - Modelo 10

**III – DEMONSTRATIVOS:**

| Disponibilidades financ. 31/12/16: | R$ |
|---|---|
| Caixa | 5.519,56 |
| Bancos – C/Movimento | 2.722.323,98 |
| Bancos – C/Vinculadas | 1.392.172,20 |
| Aplicações Financeiras | 0,00 |
| **Subtotal** | **4.120.015,74** |
| **(-) Deduções:** | |
| Vr. compromissado a pagar até 31/12/16 * | 2.736.088,34 |
| **Total das Disponibilidades:** | **1.383.927,40** |

| Inscrição de Restos a Pagar: | R$ |
|---|---|
| Processados a pagar até 31/12/16 | 672.451,99 |
| Não Processados a pagar até 31/12/16 | 1.274.804,30 |
| **Total da Inscrição:** | **1.947.256,29** |

** OBS: Consolidado. Sendo considerado no Vr. compr. a pagar: restos à pagar e extra-orçamentária à pagar.*

**Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária - ARO**

| Data da Contratação | Valor Contratado R$ | Data da Liquidação | | | Liquidado no Exercício - R$ | Saldo a Pagar |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Principal | Juros | Encargos | | |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |
| / / | 0,00 | / / | / / | / / | 0,00 | 0,00 |

Modelo 7

### COMPARATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
**(Artigos 53, §1º, Inciso I, e 38, §1º, da LC. 101/00)**
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL**

**MUNICÍPIO DE GUARARAPES**

**ANO DE 2016**

*Valores expressos em R$*

| PODER/ÓRGÃO/ENTIDADES | Operações de Crédito (exceto ARO) | | Despesas de Capital Liquidadas (1) | Deduções das Despesas de Capital | | Despesas de Capital Líquidas (1) - [(2)+(3)] | Operações de Crédito do Exercício (exceto ARO) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Previsão Inicial | Previsão atualizada | | Inciso I, § 3º, artigo 32, LRF (2) | Inciso II, § 3º, artigo 32, LRF (3) | | |
| Prefeitura Municipal | | | 1.960.290,41 | | | **1.960.290,41** | |
| Autarquia "X" | | | | | | **0,00** | |
| Fundação Pública "Y" | | | | | | **0,00** | |
| Empresa Pública Dependente "Z" | | | | | | **0,00** | |
| **TOTAIS** | **0,00** | **0,00** | **1.960.290,41** | **0,00** | **0,00** | **1.960.290,41** | **0,00** |

**Apresentar medidas/justificativas caso o montante das operações de crédito tenha ultrapassado as despesas de capital líquidas.**

TAREK DARGHAM
Prefeito Municipal

EDSON LUÍS BARTOL DIAS
CRC 1SP 156845/O-8

ELTON JOHNNY PETINI
Responsável pelo Controle Interno

***Código Localizador: UOKHW6+H***